



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A EDUCAÇÃO FORMAL COMO MERCADORIA NA EPISTEMOLOGIA DO EDUCAR DE KARL MARX

Marcelo Torreão Sá*
(UNEB)

RESUMO

Este trabalho corresponde à parte teórica da dissertação de mestrado com o título: **Educação e o Desenvolvimento Capitalista** defendida em 2011 (PPGEduC/UNEB). Depreende-se, pois, na filosofia de Marx, que a educação se apresenta como mercadoria no sistema capitalista. Relaciona a educação, como uma mercadoria especial, com a força de trabalho como produtora da mais valia, motor principal da reprodução do capital. Busca reforçar a filosofia marxiana que a educação ao diminuir os custos do capital concentra renda. Assim, a educação não é a responsável por mudanças revolucionárias na relação capital-trabalho. A educação é, ao contrário, colaboradora direta do desenvolvimento do capitalismo. A partir disso se conclui que novos estudos em epistemologia do educar são requisitados para uma mudança metabólica da educação formal.

PALAVRAS- CHAVE: Educação, Mercadoria, Desenvolvimento Capitalista.

INTRODUÇÃO

Estudo da Mercadoria em O Capital de Marx

Para Marx, a riqueza na sociedade capitalista apresenta-se como uma “imensa coleção de mercadorias” (1996, p.165), a mercadoria é, portanto, a forma

*Mestre em Educação e Contemporaneidade/UNEB. Graduado em Geografia e Pedagogia. Professor da UNEB/Campus Serrinha e da UESB/Campus Conquista. E-mail: martorreao@gmail.com

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

elementar da sociedade burguesa moderna. Por isso, a investigação de Marx, em *O Capital* começa pela mercadoria.

Marx explica que a mercadoria possui duplo fator, a saber: Valor de uso e Valor (ou substância do valor, grandeza do valor). E, antes de tudo, ela é um objeto externo, uma coisa. Ademais, pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie, seja do estômago ou da fantasia, são valores de uso, possuem utilidade, compreender isto é fundamental e “Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico” (MARX, 1996, p.165).

O exame dos valores de uso pressupõe segundo Marx, sempre sua determinação quantitativa. O que interessa, para Marx, é a utilidade desses elementos, pois, é “A utilidade de uma coisa que faz dela um valor de uso” (MARX, 1996, p.166), que se realiza no uso ou no consumo humano mesmo que seja para uso da fantasia.

Importante compreender que o valor de uso é a riqueza material, a produção social, em uma dada sociedade. Desde que o homem passou a transformar a natureza, a partir da sua ação consciente, se produz valor de uso e valor de troca. A sociedade mais primitiva, na medida em que os seus habitantes, conscientemente trabalhavam, produziam valor de uso e valor de troca, tais como: machados, flechas, etc. Que eram produzidos no próprio processo de trabalho para amenizar ou dominar a natureza pelo conjunto dos trabalhadores. Essa peculiaridade só é quebrada na sociedade burguesa que, ao contrário, aliena o trabalhador no seu fazer. O trabalhador perde a totalidade de seu trabalho através da divisão da produção. Para Marx (1996, p.166) “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. Ademais, Marx (1996, p.167) adverte que

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“como valores de uso as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente”.

As mercadorias são produtos do trabalho humano, 'dispêndio de cérebro, nervos, mãos e sentidos do homem'. Neste sentido força de trabalho é apenas um conceito e por trás deste conceito o que há de fato é o gasto de músculos nervos e sangue transferido para um produto, ou melhor, alienado para uma mercadoria. Marx (1996, p.168) relata o fato da transformação do trabalho humano concreto em trabalho humano abstrato:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1996, p.168).

Portanto, o valor contido nas mercadorias é 'trabalho humano abstrato' e é medida pelo 'quantum de trabalho', que é a 'substância constituidora de valor'. Portanto, o que gera valor é tão somente o trabalho. Marx aqui opera algo magistral, que o diferencia dos economistas burgueses, a saber: a descoberta do trabalho como fundamento da forma valor:

É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor (MARX, 1996, p.169, grifo do autor).

Neste sentido, “O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra”.(MARX, 1996, p. 169). Ou seja, o valor de uma mercadoria está na força



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

social de trabalho necessário para produzi-la e se manteria constante se não houvesse mudança na 'força produtiva de trabalho'. Para Marx (1996, p. 169):

A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1996, p.169).

Resumidamente, o valor da mercadoria depende de duas variáveis que se relacionam dialeticamente, quais sejam: o desenvolvimento das forças produtivas e o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria. Ou seja: “quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor”. Ou “Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor” (MARX, 1996, p. 170), finaliza definido o que é mercadoria:

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. [...] Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (MARX, 1996, p.170).

Portanto, as mercadorias, como explica Marx, apresentam-se de maneira dúplice, como valor de uso e valor de troca. O que produz os valores de uso na sociedade capitalista, o conteúdo material da riqueza social, é, portanto, o trabalho

(a substância do valor), sendo a medida de grandeza do valor o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria.

A Educação como Mercadoria Especial

A mercadoria que é definida por Marx (1996) como uma coisa que tem valor de uso e valor de troca e que deve ser socialmente útil, tem seu valor estabelecido pelo quantum – tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria – e se o homem é mercadoria, como nos explica Marx (2004, p.66):

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então parte dos trabalhadores cai na miséria ou na fome. Assim a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. (MARX, 2004, p.66).

Sendo assim, qual é o tempo de trabalho para produzir o homem como mercadoria? Toda a produção do homem como mercadoria é igual? Existem diferenças na produção desse homem como mercadoria? O que diferencia essa produção? Qual o valor da força de trabalho?

Primeiramente vamos estabelecer as seguintes premissas, baseado em Marx (1996). Entende-se que o homem não se vende em sua totalidade para o capitalista e sim sua força de trabalho por um determinado tempo. Se houve-se a venda da totalidade do tempo, o homem se tornava um escravo. A troca é dada entre o capitalista que necessita comprar força de trabalho e o trabalhador que necessita vender sua força de trabalho. Essa troca ocorre no mercado e seguem a lei da oferta e procura. Como qualquer outra mercadoria a força de trabalho tem que ser



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

útil para quem compra. Se entende, também, que o homem é uma mercadoria que se deteriora e para encontrá-lo no mercado para a venda, se exige a sua reprodução.

Tendo o exposto acima como base se questiona novamente qual é o valor da força de trabalho? “Como o de toda outra mercadoria, esse valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la” (MARX, 1996, p.99). Para Marx e Engels (1978, p. 167) “Determinadas indústrias não exigem qualquer aprendizagem; basta que o trabalhador exista fisicamente”. Portanto, as despesas da produção desse trabalhador se darão com o mínimo necessário para a sobrevivência – alimentação, vestimenta, moradia – que deve ser o mínimo gasto pelo capitalista, que seria o salário pago ao trabalhador pela venda da força de trabalho.

Esse gasto do capitalista, na verdade, é retirado do tempo de trabalho do trabalhador. O capitalista obtém dois tempos de trabalho da força de trabalho. O tempo necessário para a produção do valor do salário do trabalhador, e a mais-valia. A mais-valia, o lucro, é o excedente de tempo de trabalho gasto pela força de trabalho para produzir uma mercadoria. “Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também valor excedente” (MARX, 1996, p.325). “O trabalhador trabalhou, portanto, metade da jornada para si mesmo e a outra para o capitalista” (MARX, 1996, p.333) É o sobretrabalho, trabalho extra, trabalho não-pago.

Por isso, o capitalista obtém seu lucro do trabalho alheio; do tempo extra do trabalhador; do roubo.

Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário (MARX, 1996, p.104).

O trabalhador, por outro lado, com seu salário, sustenta primeiramente sua sobrevivência como corpo físico, e secundariamente sua produção como qualidade útil de mercadoria. Outros gastos do trabalhador são seus filhos, quando os têm, que devem ser sustentados primeiramente na sobrevivência física e depois em sua produção como qualidade útil de mercadoria para ser vendida como força de trabalho. Nas palavras de Marx e Engels (1978, p. 168):

Além da quantidade de meios de subsistência necessária à sua própria manutenção, precisa de uma certa quantidade para educar um determinado numero de filhos destinados a substituí-lo no mercado de trabalho e a perpetuar a raça de trabalhadores. Finalmente, para formar a sua força de trabalho e adquirir uma certa aptidão, dispensará uma outra quantidade de valores (MARX; ENGELS, 1978, p.168).

A educação formal do sistema capitalista entra, nessa questão, como custo da produção do trabalhador. A educação formal significa o principal fator na diferenciação do valor da produção da força de trabalho. “Lembramos que, quanto mais simples e fácil de aprender é o trabalho, mais reduzidas são as despesas de produção que a sua aprendizagem necessita, e mais baixo é o salário, porque é determinado, como qualquer mercadoria, pelas despesas de produção” (MARX; ENGELS, 1978, p. 168). De outra forma pode se dizer que:

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção (MARX; ENGELS, 1978, p. 168).

Resumidamente, temos que a mercadoria força de trabalho é produzida pelo próprio salário do trabalhador ou seus familiares em sua totalidade; sendo que, uma parte ou totalidade pode advir das expensas públicas, filantrópicas. O capitalista, naturalmente, compra essa força de trabalho como mercadoria conforme sua utilidade em sua produção de outras mercadorias. Quanto mais tempo gasto na produção desse homem como mercadoria maior o seu valor como mercadoria; maior poderá ser vendida sua força de trabalho. “O preço do seu trabalho é determinado pelo valor da sua força de trabalho, ou seja, pelos custos de produção desta” (MARX; ENGELS, 1978, p. 169). Essa variação vai depender de variados fatores como a oferta e a procura. Por exemplo, se em determinado lugar há uma necessidade de engenheiros civis e existem no mercado poucas mercadorias de engenheiro civis a venda seu preço será alto devido a concorrência entre os capitalistas na procura dessa mercadoria. O inverso ocasiona o barateamento dessa mercadoria. Sabemos, também, que nuca um lixeiro irá ganhar o mesmo que um juiz, pois:

Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; e, como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa, na base do sistema do salariado, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura (MARX; ENGELS, 1978, p. 169).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A escolarização burguesa, se comporta como variável na produção do valor da mercadoria força de trabalho. Nessa questão a escolarização formal, também, não seria uma mercadoria procurada pelo homem como incremento no valor de sua força de trabalho? Rodrigues (2007, p.5) afirma que sim e que “Existem duas formas básicas [...]: educação-mercadoria ou mercadoria-educação. [...], [e que] são formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana”. Conforme Rodrigues (2007, p.6), portanto, a educação-mercadoria estaria vinculada a venda direta da educação “como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional”, seja como curso de graduação, especialização, etc. Já a educação, como afirma Rodrigues (2007, p.6), como mercadoria-educação seria os “insumos [incorporados ao trabalhador] necessários a produção de outras mercadorias”.

Mas, se a educação formal como mercadoria significa melhoria, ascensão social para os trabalhadores, como apregoam os neoliberais, e gasto extra para o capital, então educação burguesa traria prejuízo ao capitalista que teria que desembolsar extras para contratar pessoas qualificadas para o trabalho, pois a força de trabalho incorporada de mais educação formal custaria sempre mais ao capital.

Ao contrario, para Marx e Engels (1978), a educação burguesa é um dos fatores importante no desenvolvimento capitalista, pois via de regra, a educação formal do sistema capitalista: aumenta a concorrência entre os trabalhadores, ao formar quantidades excedentes na mesma função, e, por conseguinte, o barateamento do valor do salário médio pago a um profissional especializado em determinada área e, também, potencializa as habilidades da força de trabalho possibilitando que um trabalhador execute múltiplas funções ou 'trabalho não-



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

pagos', mais valia. Ou seja, educação formal para todos ocasiona a baixa geral, com raras exceções, do valor pago pela força de trabalho especializado e o aumento do trabalho não-pago.

Outro fator importante abordado por Marx (1996) na generalização da educação burguesa, e, portanto de conhecimento, é a criação de novos maquinários, através da ciência e tecnologia, poupadoras de quantum, que são produtores de mais valia relativa. Que significa a característica principal do ganho do capital sobre o trabalhador. A mais valia relativa diferente da mais valia absoluta origina-se do acúmulo das inovações da ciência através de novas técnicas de produção. A mudança na produção social através do incremento de ciência e tecnologia, sem alterar a jornada de trabalho necessária, ocasiona o sobretrabalho e, portanto mais lucro para o capitalista. Por conseguinte, a elevação da produção dos bens de consumo, obtida com novos conhecimentos de produção, possibilitará seguidamente e em cadeia: a diminuição do valor do produto como mercadoria; a diminuição do valor da força de trabalho; e a diminuição do valor necessário para a produção do trabalhador. Por último, a inovação em ciência e tecnologia, possibilitada pela educação formal, redundará em desemprego.

Todos esses fatores ocasionam o desenvolvimento das forças produtivas que barateia a mercadoria e, portanto, o capital necessário para produzi-la, que poderá ser investido na produção de outras mercadorias ou no desenvolvimento da produção da primeira. Portanto,

O conhecimento toma centralidade na forma de mercadoria a ser consumida, no sentido de agregar valor à mercadoria força de trabalho – tal qual a matéria-prima, capaz de gerar uma quantidade maior de valor, ou seja, constitui-se em fonte de lucro. Enquanto fonte de lucro possui duas outras vertentes, além da capacidade de agregar valor à força de trabalho: como incremento da mais-valia, através do investimento em tecnologia, e fonte



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

direta de lucro, ao ser vendida no mercado educacional (SILVA, 2006, p.217).

Por outro lado o homem, no sistema capitalista, como afirma Marx (2004, p.66), é uma mercadoria que se vende apenas pela sua força de trabalho e está sujeita as leis do mercado, as demandas e ofertas, então a busca pela educação como mercadoria se torna apenas uma forma subjetiva de se valorizar ou se adequar a novas ofertas de trabalho. A primeira mercadoria, o homem (força de trabalho), com o acréscimo de outra mercadoria, a educação formal, tenta se diferenciar na competição do mercado comprando qualidades subjetivas. Atualmente, infelizmente, essa busca por uma melhor qualificação se torna basicamente ideológica, pois o desemprego na sociedade contemporânea é estrutural. “Iludidos pela centralidade que a educação toma nos discursos, os trabalhadores buscam condições para se tornarem capazes e empregáveis na sociedade do desemprego, ou seja, tentam comprar qualidades subjetivas para a empregabilidade” (SILVA, 2006, p.216).

CONCLUSÕES

Este artigo tentou demonstrar, através dos pressupostos marxiano, a realidade concreta e histórica da educação como mercadoria no processo de desenvolvimento do capitalismo atuando como reprodução das relações do capital-trabalho.

Primeiramente, se deve pontuar brevemente que educação é mais ampla que a educação formal, a escolarização. A escola, nasce com a separação entre trabalho e educação na sociedade do comunismo primitivo. Todos trabalhavam para o bem comum da sociedade e no ato de trabalhar se educava, não tinha um



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

professor específico para cada assunto, todos eram professores e alunos. Com a separação de classes entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam, e viviam as expensas daqueles que trabalhavam se cria tempo ocioso. Essas pessoas com tempo livre vão se educar na escola (SAVIANI, 2007). A partir desse momento a educação formal sempre permeou as sociedades humanas com objetivos e funções distintas.

Na sociedade burguesa a educação formal virou mercadoria, como vimos, e como tal preza por uma epistemologia do educar compartimentada e funcionalista, com objetivos claros da promoção do desenvolvimento capitalista e da concentração de renda. O coletivo é relegado em função do individualismo. Mészáros (2004 p. 45), relatando as ideias reformistas da educação formal na busca de uma educar epistemologicamente diferente afirma que as soluções educacionais para a sociedade nunca se darão por completo porque, “podem ser completamente invertidas, desde que a lógica do capital permaneça intacta como quadro de referências orientador da sociedade”.

Portanto, se estivermos considerando a educação formal como provedora do desenvolvimento capitalista, que produz e reproduz a geografia do desenvolvimento desigual em diferentes escalas (SMITH, 1988) de forma ampliada contraditória e combinada, se ver que ela além de inculcar valores burgueses a toda a uma sociedade dividida em classes sociais com cultura, pedagogia e visões de mundo antagônicas e conflitantes, também (re)produz trabalhadores necessários ao processo de acumulação de capital com diferentes especificidades. Nas palavras de Mészáros (2004, p.35):



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A educação institucionalizada, [...], serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina [...] em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.

Além do mais, e por último, a educação formal deve ser vista como um aparelho ideológico da burguesia que tem a função primordial de perpetuar a lógica da ideologia capitalista incentivando o discurso da meritocracia, do individualismo, da competição como discurso interno e externo, da fixação e formação da força de trabalho, da normalização da vida burguesa do consumo. Enfim, as normatizações para a disciplinarização dos corpos é uma das mais importantes funções da epistemologia do educar na sociedade capitalista (FOUCAULT, 2004).

Algumas perguntas ficam em aberto. O capitalismo se desenvolveria sem educação formal? A educação formal é imprescindível para o capital? Sabemos que dentro do sistema capitalista a educação formal vai servir aos propósitos do capital e então em que medida ela pode servir para uma educação para além do capital, como preconiza Mészáros (2005)?

Na semântica marxiana uma epistemologia do educar implica uma práxis pedagógica que vise a emancipação do sujeito histórico, quer dizer, a emancipação do socialismo como modelo de produção mais autêntico que o capitalismo que se configura como um sujeito histórico já caduco e senil. Assim uma epistemologia do educar que estabeleça critérios filosóficos-metodológicos do fazer educativo para auxiliar a superação do capitalismo e sua educação mercantilista. Educar para o Socialismo é a única alternativa epistemológica possível para o materialismo histórico e dialético, e essa educação é antes de tudo uma educação para revolução.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 28. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Volume I e II, livro primeiro e Volume I, livro segundo.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 7. ed. São Paulo: Global, 1988.
- _____. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa/Portugal: Moraes Editores, 1978.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, 2007. v. 12, n. 34.
- SILVA, R. B. Armadilhas da reforma da educação superior: as universidades Estaduais da Bahia. In: SILVA, M. A. da.; SILVA, R. B. (Org.). **A idéia de Universidade**: rumos e desafios. Brasília: Líber Editora, 2006.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.